

EDP Smart SPE V Ltda.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Quotistas
EDP Smart SPE V Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EDP Smart SPE V Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa e da Empresa e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentadas como informação suplementar para fins de

normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

EDP SMART SPE V LTDA.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.387	6.046	31.169	17.580
Clientes	5	3.810	5.274	52.753	35.528
Adiantamentos		3.354	3.351	3.358	3.355
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6	13	11	14	11
Outros tributos compensáveis	6	115	86	153	89
Dividendos a receber	15		5.741		
Outros créditos	9	480		1.499	
Total do Ativo Circulante		10.159	20.509	88.946	56.563
Não circulante					
Adiantamento para futuro aumento de capital	8		20.066		
Partes Relacionadas	8	67	68	67	68
		67	20.134	67	68
Investimentos	11	244.534	269.601		
Imobilizado	12	71.037	87.721	738.326	753.229
Intangível	13	77	46	2.041	1.176
		315.648	357.368	740.367	754.405
Total do Ativo Não circulante		315.715	377.502	740.434	754.473
TOTAL DO ATIVO		325.874	398.011	829.380	811.036

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Fornecedores	14	474	242.657	4.716	625.724
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	426	384	3.849	3.200
Outros tributos a recolher	6	429	56	1.458	526
Dividendos	15		6.509		6.509
Arrendamentos e aluguéis	10	38	445	395	3.689
Outras contas a pagar	9	1.257	439	3.034	441
Total do Passivo Circulante		2.624	250.490	13.452	640.089
Não circulante					
Fornecedores	14	233.769		699.397	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	82	17	82	17
Adiantamento para futuro aumento de capital	8		20.066		20.066
Arrendamentos e aluguéis	10	3.676	3.305	45.321	27.068
Provisão para passivo a descoberto	11	14.596	338		
Outras contas a pagar	9	1	215	2	216
Total do Passivo Não circulante		252.124	23.941	744.802	47.367
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	16.1	122.853	102.787	122.853	102.787
Recursos destinados a aumento de capital	16.2	17.421		17.421	
Reservas de lucros	16.3	27.302	20.793	27.302	20.793
Prejuízos acumulados		(96.450)		(96.450)	
Total do Patrimônio líquido		71.126	123.580	71.126	123.580
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		325.874	398.011	829.380	811.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART SPE V LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas	17	17.029	10.898	117.611	64.431
Custos	18				
Custo de operação e manutenção		(1.561)	(1.428)	(48.717)	(21.119)
Custo de arrendamento		(1.336)	(870)	(16.676)	(5.389)
		<u>(2.897)</u>	<u>(2.298)</u>	<u>(65.393)</u>	<u>(26.508)</u>
Resultado bruto		<u>14.132</u>	<u>8.600</u>	<u>52.218</u>	<u>37.923</u>
Despesas e Receitas operacionais	18				
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		(16)		(674)	(1.274)
Despesas gerais e administrativas		(4.858)	(3.199)	(7.901)	(3.199)
Outras despesas e receitas operacionais		<u>(12.288)</u>	<u>(3.199)</u>	<u>(123.337)</u>	<u>(4.473)</u>
		<u>(17.162)</u>	<u>(3.199)</u>	<u>(131.912)</u>	<u>(4.473)</u>
Resultado das participações societárias	11	<u>(91.331)</u>	<u>21.265</u>		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		<u>(94.361)</u>	<u>26.666</u>	<u>(79.694)</u>	<u>33.450</u>
Resultado financeiro	19				
Receitas financeiras		485	202	1.647	269
Despesas financeiras		<u>(352)</u>	<u>(103)</u>	<u>(4.674)</u>	<u>(1.002)</u>
		<u>133</u>	<u>99</u>	<u>(3.027)</u>	<u>(733)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>(94.228)</u>	<u>26.765</u>	<u>(82.721)</u>	<u>32.717</u>
Tributos sobre o lucro	20				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.181)	(719)	(13.688)	(6.671)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(41)</u>	<u>(9)</u>	<u>(41)</u>	<u>(9)</u>
		<u>(2.222)</u>	<u>(728)</u>	<u>(13.729)</u>	<u>(6.680)</u>
Resultado líquido do exercício		<u>(96.450)</u>	<u>26.037</u>	<u>(96.450)</u>	<u>26.037</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART SPE V LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado líquido do exercício	(96.450)	26.037	(96.450)	26.037
Resultado abrangente do exercício	<u>(96.450)</u>	<u>26.037</u>	<u>(96.450)</u>	<u>26.037</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART SPE V LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)



	Capital social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total Controladora e Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	55.541	-	1.633	-	57.174
Aumento de capital - 12ª ACS 30/04/2024	36.525				36.525
Aumento de capital - 13ª ACS 05/11/2024	10.721				10.721
Dividendo adicional aprovado - AGO de 30/04/2024			(368)		(368)
Lucro líquido do exercício				26.037	26.037
Destinação do lucro					-
Dividendos obrigatórios				(6.509)	(6.509)
Dividendo adicional proposto			19.528	(19.528)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	102.787	-	20.793	-	123.580

	Capital social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total Controladora e Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2024	102.787	-	20.793	-	123.580
Aumento de capital - ACS de 30/04/2025	20.066				20.066
Reversão de dividendos RQ 16/12/2025			6.509		6.509
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		17.421			17.421
Prejuízo do exercício				(96.450)	(96.450)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	122.853	17.421	27.302	(96.450)	71.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART SPE V LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(E em milhares de reais)



Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/ Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(94.228)	26.765	(82.355)	32.717
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
PIS, COFINS e ISS diferidos	24	17	24	17
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	16		622	1.274
Depreciações, <i>Impairment</i> e amortizações	18.317	4.262	160.462	16.300
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	343	90	4.635	726
Resultado de participações societárias	91.331	(21.265)		
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(2)	(2)	(1)	(2)
Outros			(11)	(155)
	<u>15.801</u>	<u>9.867</u>	<u>83.376</u>	<u>50.877</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Clientes	1.448	(4.768)	(17.847)	(36.296)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(18)	(1)	(18)
Outros tributos compensáveis	(212)	(74)	(713)	(152)
Outros ativos operacionais	(484)	4.151	(1.643)	4.147
	<u>752</u>	<u>(709)</u>	<u>(20.204)</u>	<u>(32.319)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	(9.850)	(4.819)	2.393	138.133
Imposto de renda e contribuição social a recolher	42	29	242	31
Outros tributos a recolher	373	34	1.040	(2.276)
Outros passivos operacionais	(627)	6.823	3.009	10.469
	<u>(10.062)</u>	<u>2.067</u>	<u>6.684</u>	<u>146.357</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais				
	<u>6.491</u>	<u>11.225</u>	<u>69.856</u>	<u>164.915</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.998)	(395)	(12.588)	(2.466)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais				
	<u>4.493</u>	<u>10.830</u>	<u>57.268</u>	<u>162.449</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adiantamento para futuro aumento de capital		(20.066)		
Aumento de capital social em subsidiárias	(24.863)	(7.060)		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(197)	(5.249)	(55.357)	(171.486)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
	<u>(25.060)</u>	<u>(32.375)</u>	<u>(55.357)</u>	<u>(171.486)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.421	20.066	17.421	20.066
Aumento de capital social		7.025		7.025
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(684)		(684)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	(513)	(144)	(5.743)	(1.130)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento				
	<u>16.908</u>	<u>26.263</u>	<u>11.678</u>	<u>25.277</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa				
	<u>(3.659)</u>	<u>4.718</u>	<u>13.589</u>	<u>16.240</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.387	6.046	31.169	17.580
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.046	1.328	17.580	1.340
	<u>(3.659)</u>	<u>4.718</u>	<u>13.589</u>	<u>16.240</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART SPE V LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Geração do valor adicionado	17.899	64.941	248.198	400.886
Receita operacional	17.828	11.190	122.758	66.888
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(16)		(674)	(1.268)
Receita relativa à construção de ativos próprios	87	53.751	126.114	335.266
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.231)	(54.978)	(162.995)	(348.453)
Materiais	(1)	(53.838)	(123.059)	(334.671)
Serviços de terceiros	(3.126)	(1.133)	(24.099)	(6.328)
Outros custos operacionais	(104)	(7)	(15.837)	(7.454)
Valor adicionado bruto	14.668	9.963	85.203	52.433
Retenções				
Depreciações, Impairment e amortizações	(14.941)	(4.262)	(139.823)	(15.652)
Valor adicionado líquido produzido	(273)	5.701	(54.620)	36.781
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	485	204	1.647	271
Resultado da equivalência patrimonial	(91.331)	21.307		
Valor adicionado total a distribuir	(91.119)	27.212	(52.973)	37.052
Distribuição do valor adicionado				
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	2.926	975	18.313	8.969
Estaduais	5	14	260	49
Municipais	95	48	563	169
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	352	103	4.674	981
Aluguéis		72	61	884
Remuneração de capital próprio				
Dividendos		6.509		6.509
	3.378	7.721	23.871	17.561
Prejuízo/ Lucro retido	(94.497)	19.491	(76.844)	19.491
	(91.119)	27.212	(52.973)	37.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A EDP Smart SPE V Ltda. (Empresa, EDP Smart SPE V ou Controladora), é sociedade limitada de capital fechado, controlada integral da EDP Smart Serviços S.A. (EDP Smart Serviços) e possui sua sede no município de Taubaté, no estado de São Paulo.

A Empresa tem como objeto social: (a) a locação e sublocação de imóveis próprios ou de terceiros, (b) o aluguel de máquinas e equipamentos fotovoltaicos, (c) instalação de máquinas e equipamentos industriais, (d) serviços de engenharia, e (e) instalação e manutenção elétrica.

A Empresa possui as seguintes participações nas controladas:

Empresas	Classificação	Consolidação	% Participação	
			31/12/2025	31/12/2024
Serviços			Direta	Direta
EDP Smart SPE 1 Ltda. (EDP Smart SPE 1)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Smart SPE 2 Ltda. (EDP Smart SPE 2)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Smart SPE 3 Ltda. (EDP Smart SPE 3)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Smart SPE 4 Ltda. (EDP Smart SPE 4)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Smart SPE 5 Ltda. (EDP Smart SPE 5)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Smart SPE 6 Ltda. (EDP Smart SPE 6)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Smart SPE 7 Ltda. (EDP Smart SPE 7)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Smart SPE 8 Ltda. (EDP Smart SPE 8)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Smart SPE 9 Ltda. (EDP Smart SPE 9)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Smart SPE 10 Ltda. (EDP Smart SPE 10)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Smart SPE 11 Ltda. (EDP Smart SPE 11)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Smart SPE 12 Ltda. (EDP Smart SPE 12)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Smart SPE 13 Ltda. (EDP Smart SPE 13)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Smart SPE 14 Ltda. (EDP Smart SPE 14)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Smart SPE 15 Ltda. (EDP Smart SPE 15)	Controlada	integral	100,00	100,00
EDP Smart SPE 16 Ltda. (EDP Smart SPE 16)	Controlada	integral	100,00	-

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. A Administração entende que as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Empresa e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Empresa e de suas controladas não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Empresa e de suas controladas afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Empresa e de suas controladas autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2026.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Empresa e de suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 21.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Mensuração da receita de serviços e arrendamento financeiro (Nota 5); Análise da redução ao valor recuperável (Nota 2.7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 21.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Empresa e suas controladas (Nota 11).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Empresa e suas controladas.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento das Controladoras nas suas controladas diretas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a suas controladas; e

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- A data da demonstração financeira das controladas utilizada para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincide com a da Empresa.

As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Empresa obteve o controle, e continuará sendo consolidada até a data que cessará tal controle.

2.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Empresa e de suas controladas revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Empresa e de suas controladas é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Empresa e de suas controladas identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, após proceder com esta avaliação dos ativos financeiros e não financeiros, a Administração da Empresa e de suas controladas concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que o valor contábil líquido registrado dos ativos não é recuperável e, portanto, houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável (Nota 3.2).

2.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

2.8.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio a vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (C BIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (C BIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025

A Administração da Empresa e de suas controladas avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.8.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 22 - Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou decisão da agenda do IFRIC referente ao relatório de segmentos reportáveis. Essa decisão aborda a forma como as entidades devem aplicar os requisitos do IFRS 8 para divulgar, em cada segmento reportável, os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo. A Companhia acompanha o desenvolvimento e os desdobramentos dessa decisão.	IFRS 8	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 36 - Demonstrações consolidadas	Tem como foco a venda ou transferência de ativos entre investidores e suas coligadas ou joint ventures, visando principalmente a resolução de conflitos relacionados a lucros não realizados.	IFRS 10	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 48 e CPC 40 - Divulgações de instrumentos financeiros	Adicionar requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras para compreender os efeitos dos instrumentos financeiros, sobre prazo e incerteza de fluxos de caixa futuro.	IFRS 9 e IFRS 7	Divulgação	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da IFRS 18 é aprimorar a forma como as informações são apresentadas nas demonstrações financeiras das entidades, em especial na demonstração do resultado e nas respectivas notas explicativas. A principal inovação trazida pela norma consiste na reestruturação da demonstração do resultado, com o intuito de aumentar a comparabilidade entre diferentes entidades. Nesse contexto, foram estabelecidos dois novos subtotais obrigatórios: Lucro Operacional e Lucro antes do Resultado Financeiro, do Imposto de Renda e da Contribuição Social.	IAS 1	Norma	01/01/2027

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	O propósito da IFRS 19 é possibilitar que as subsidiárias elegíveis apliquem os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas IFRS completas, porém com a elaboração de notas explicativas em formato simplificado.	Diversas IASs	Divulgação	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Empresa e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Reforma Tributária sobre o Consumo

A leis complementares nºs 214/2025 e 227/2026 regulamentaram a emenda constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

A Reforma Tributária sobre o Consumo extinguirá, de forma gradativa, a Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com a substituição pela Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS e do Imposto Seletivo - IS, ambos de competência da União Federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, de competência compartilhada entre Estados e Municípios.

A implementação desse novo modelo ocorrerá de forma gradual, em etapas sucessivas no período de 2026 a 2033.

O início da transição ocorrerá em 2026 (período teste), com a aplicação das alíquotas de referência de 0,1% para o IBS e 0,9% para a CBS, conforme previsto na Lei Complementar nº 214/2025 e exigência de emissão da Nota Fiscal conforme o novo padrão de XML. Nessa primeira fase, haverá a dispensa do efetivo recolhimento, condicionada ao cumprimento de obrigações acessórias ainda a serem definidas. Caso recolhidos, os valores serão compensados com PIS/COFINS devidos no período ou outros tributos federais, ou serão ressarcidos caso não possam ser utilizados para compensação.

Em 2027, ocorrerá a extinção de PIS/COFINS, com substituição pela CBS, e o IPI terá suas alíquotas reduzidas a zero, exceto nos casos de produtos com similar produzido na Zona Franca de Manaus.

Entre 2029 e 2032, será iniciada uma fase de transição mais gradual no âmbito subnacional, com a redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISSQN e a majoração correspondente do IBS, em um sistema de convivência. A transferência será faseada, com a redução de 10%, 20%, 30% e 40% das alíquotas de ICMS e ISSQN, paralelamente a uma alíquota IBS estadual e outra municipal correspondente a essa redução (sendo certo que o IBS incidirá tanto sobre mercadorias quanto serviços, indiscriminadamente).

Por fim, em 2033, ocorrerá a consolidação definitiva do novo sistema tributário, com a extinção integral do ICMS e do ISSQN no modelo atual e a plena vigência do novo sistema de tributação do consumo.

A reforma tem como propósito simplificar o sistema tributário brasileiro, com fundamento na tributação no destino, na não cumulatividade plena, na unificação da legislação em âmbito nacional e na gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição ao atual mosaico de regras.

Nesse contexto, com vistas a assegurar a conformidade com o novo regime tributário a partir de 01 de janeiro de 2026, a sociedade havia implementado: (i) Revisão dos cadastros de produtos e de serviços em conformidade com a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, a Nomenclatura Brasileira de Serviços - NBS, o Código de Situação Tributária - CST e o Código de Classificação Tributária - cClassTrib, nos termos da Lei Complementar nº 214/2025, do Informe Técnico 2025.002, das tabelas vigentes de NCM e NBS; (ii) Adequação dos ERPs e softwares fiscais às especificações da Nota Técnica 2025.001, da Nota Técnica 2025.002, da Nota Técnica SE/CGNFS-e nº 004 e demais normativos aplicáveis; e (iii) Validação de XMLs com o novo leiaute padrão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Durante 2026, o Grupo EDP concentrará esforços na identificação dos pontos focais das áreas envolvidas, implantação dos planos de ação prioritários, e na revisão de contratos e políticas fiscais, assegurando que toda a organização esteja pronta para operar com segurança e eficiência no novo ambiente tributário.

Ao longo da fase de transição, as entidades deverão avaliar os efeitos sobre a mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, incluindo a recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS à luz do novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a revisão dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades precisarão analisar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime anterior, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou, se for o caso, o reconhecimento de eventual perda de direito creditório.

O CFC e o CPC estão em processo de avaliação dos potenciais impactos contábeis decorrentes da reforma, sem que haja, até o momento, manifestação formal. Nesse ínterim, as entidades devem acompanhar os possíveis efeitos sobre suas demonstrações financeiras e divulgar, nas notas explicativas, as principais incertezas e julgamentos envolvidos.

3.2 Redução no valor recuperável (*impairment*)

A Empresa e sua Controladas, avaliaram a evidência de desvalorização dos ativos não financeiros com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa representativa do conjunto.

A Empresa procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esta potencial redução de portfólio seria recuperável.

Como principais premissas para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas;

- Determinação dos fluxos de caixa: Considerando a metodologia do fluxo de caixa descontado;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: vigência dos contratos atualmente existentes;
- Taxa de desconto: foi estimada levando em consideração as melhores práticas do mercado e a experiência da Administração, baseada no modelo matemático Weighted Average Capital Cost (WACC que, em português, significa Custo Médio Ponderado de Capital).

Este método reflete os retornos requeridos pelos credores financeiros (capital de terceiros) e pelos acionistas (capital próprio), ponderando-se as participações na estrutura de capitais (relação *debt-equity*).

Com base nas premissas mencionadas acima, as quais avalia-se serem as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, a Empresa e suas controladas identificaram perdas no valores recuperáveis nos montantes de R\$12.288 para Controladora e de R\$111.049 para as controladas, registrada em contrapartida da rubrica Depreciação, *Impairment* e amortização no resultado do exercício (Nota 12).

A Empresa e suas controladas continuarão a monitorar os resultados para os próximos exercícios afim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

3.3 Aumento de Capital

Foi aprovada na Alteração e Consolidação do Contrato Social - AC da Empresa, realizada em 30 de abril de 2025, o aumento de capital social no montante de R\$20.066, sem emissão novas ações, mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



5.1.1 Movimentação dos arrendamentos a receber

O registro dos montantes a receber dos contratos de arrendamentos financeiros, de acordo com o CPC 06 (R2) está demonstrado abaixo:

Controladora					
	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas / Recebimentos	Saldo em 31/12/2025
Circulante Operacional	5.1.1.1	4.448	15.144	(16.548)	3.044
Total		4.448	15.144	(16.548)	3.044

Consolidado					
	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas / Recebimentos	Saldo em 31/12/2025
Circulante Operacional	5.1.1.1	34.702	576.988	(559.703)	51.987
Total		34.702	576.988	(559.703)	51.987

5.1.1.1 Adições

A variação observada no exercício, tanto na Controladora quanto no Consolidado, decorre, principalmente, do aumento do faturamento de locação. Houve faturamento registrado ao longo de todo o exercício de 2025, enquanto, em 2024, os novos contratos passaram a vigorar apenas a partir do mês de março.

5.1.2 Vencimento dos arrendamentos

	Controladora	Consolidado
Ano	Valor	
Circulante		
2026	3.044	51.987
Total	3.044	51.987

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

Controladora						
	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Ativos compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11		2			13
Total	11	-	2	-	-	13
Outros tributos compensáveis						
PIS e COFINS	34	114		2	(119)	31
Outros	52	95		1	(64)	84
Total	86	209	-	3	(183)	115
Passivos a recolher						
Imposto de renda e contribuição social a recolher	384	2.181		(1.998)	(141)	426
Total	384	2.181		(1.998)	(141)	426
Outros tributos a recolher						
PIS e COFINS	18	680		(608)	(42)	48
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	17	530	2	(216)		333
Encargos com pessoal	21	64		(81)		4
Total	56	1.318	2	(905)	(42)	429

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Ativos compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11		2		1	14
Total Circulante	11	-	2	-	1	14
Outros tributos compensáveis						
IRRF sobre aplicações financeiras	35	331		2	(337)	31
IR/CS retidos sobre faturamento	13	14			(2)	25
Outros	41	518		1	(463)	97
Total Circulante	89	863	-	3	(802)	153
Passivos a recolher						
Imposto de renda e contribuição social a recolher	3.200	13.688		(12.588)	(451)	3.849
Total Circulante	3.200	13.688	-	(12.588)	(451)	3.849
Outros tributos a recolher						
ICMS	-	13				13
PIS e COFINS	301	4.560		(4.082)	(350)	429
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	118	2.626	4	(1.850)		898
Encargos com pessoal	107	403	1	(498)		13
Outros	-	105				105
Total Circulante	526	7.707	5	(6.430)	(350)	1.458

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Empresa e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Empresa ou suas controladas liquidem ou compensem o tributo em um único pagamento ou compensação.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7 Tributos diferidos

		Controladora e Consolidado	
		Passivo	
		Não circulante	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	7.1	32	8
Imposto de renda e contribuição social	7.2	50	9
Total		82	17

7.1 PIS e COFINS

O montante refere-se, substancialmente, ao efeito de PIS/COFINS sobre receita de Arrendamento Financeiro.

7.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.2.1 Composição

		Controladora e Consolidado			
		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
Diferenças Temporárias					
Reconhecimento de receitas		50	9	(41)	(9)
Total		50	9	(41)	(9)

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Empresa e de suas controladas e outras partes relacionadas, que influenciaram o exercício, estão apresentadas como segue:

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		Controladora									
		Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)	
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacional	
Relacionamento		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC											
EDP Smart Serviços	Controladora								20.066		
EDP Smart SPE 1	Controlada				1.997						
EDP Smart SPE 2	Controlada				2.019						
EDP Smart SPE 3	Controlada				2.008						
EDP Smart SPE 4	Controlada				991						
EDP Smart SPE 5	Controlada				2.786						
EDP Smart SPE 6	Controlada				2.401						
EDP Smart SPE 7	Controlada				1.299						
EDP Smart SPE 8	Controlada				57						
EDP Smart SPE 9	Controlada				5.176						
EDP Smart SPE 10	Controlada				384						
EDP Smart SPE 13	Controlada				948						
		-	-	-	20.066	-	-	-	20.066	-	-
Fornecedores (Nota 14)											
Compra de placa solar											
EDP Smart Serviços	Controladora	3.354	3.354				242.285	233.769		(180)	(45.646)
		3.354	3.354	-	-	-	242.285	233.769	-	(180)	(45.646)
Outras contas a pagar											
Contrato de prestação de serviços (Nota 10)											
EDP Global Solutions	Parte Relacionada					1.257				(1.257)	
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, serviços de infraestrutura e Backoffice (a), (b) e (c).											
EDP - Energias do Brasil	Controladora Indireta			67	68				215	(215)	(194)
		-	-	67	68	1.257	-	-	215	(1.472)	(194)
		3.354	3.354	67	20.134	1.257	242.285	233.769	20.281	(1.652)	(45.840)

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		Consolidado									
		Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)	
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacional	
Relacionamento		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC											
EDP Smart Serviços	Controladora								20.066		
		-	-	-	-	-	-	-	20.066	-	-
Fornecedores (Nota 14)											
Compra de placa solar											
EDP Smart Serviços	Controladora	3.354	3.354				622.479	699.397		(111.521)	(315.718)
		3.354	3.354	-	-	-	622.479	699.397	-	(111.521)	(315.718)
Outras contas a pagar (Nota 10)											
Contrato de prestação de serviços (a)											
EDP Global Solutions	Parte Relacionada					3.031				(3.031)	
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, serviços de infraestrutura e Backoffice (b), (C) e (d).											
EDP - Energias do Brasil	Controladora Indireta			67	68				215	(215)	(194)
		-	-	67	68	3.031	-	-	215	(3.246)	(194)
		3.354	3.354	67	68	3.031	622.479	699.397	20.281	(114.767)	(315.912)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contrato de prestação de serviços: Os montantes referem-se a contratos de prestação de serviços de consultoria e apoio à gestão celebrado mutuamente entre a Empresa e sua parte relacionada EDP Global Solutions. Estes contratos têm como objetivo: (i) o compartilhamento de custos, estrutura, conhecimento e tecnologia, possibilitando, assim, uma maior sinergia entre as empresas do grupo; (ii) evitar eventual capacidade ociosa de pessoal; (iii) reduzir os custos de contratação de determinados serviços em relação à média do mercado; e (iv) impedir o acesso de terceiros a questões estratégicas ou informações de tecnologia própria das contratantes.

(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a EDP - Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

(c) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a atual sede da EDP - Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

(d) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc., compartilhadas entre a EDP - Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

8.1 Controladora direta

A controladora direta da Empresa é a EDP Smart Serviços, sendo esta controlada pela EDP - Energias do Brasil.

9 Outros créditos – Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

Nota	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos - Ativo								
Serviços em curso					39			
Serviços prestados a terceiros					208			
Despesas pagas antecipadamente	101				872			
Outros	379			1	380			1
Total	480	-	-	1	1.499	-	-	1
Outras contas a pagar - Passivo								
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8	1.257		215	3.031			215
Provisão penalidade/performance usinas	9.1	439	1		3	439	2	1
Total		1.257	1	215	3.034	439	2	216

9.1 Provisão penalidade/performance usinas

O montante observado na Empresa e suas controladas são decorrentes de provisões de performance, devido a não atingimento mínimo dos contratos.

10 Arrendamentos e aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2), a Empresa e suas controladas efetuaram os registros dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Controladora								
	Saldo em 31/12/2024	Adições (Nota 10.1)	Pagamentos	Transferências	AVP	Baixas		Saldo em 31/12/2025	
Circulante									
Terrenos	445		(513)	(174)	343	(63)	38		
	445	-	(513)	(174)	343	(63)	38		
Não circulante									
Terrenos	3.305	197		174			3.676		
	3.305	197	-	174	-	-	3.676		
Total	3.750	197	(513)	-	343	(63)	3.714		
	Consolidado								
	Saldo em 31/12/2024	Adições (Nota 10.1)	Pagamentos	Juros e Atualização Monetária	Transferências	AVP	Baixas	Reversão (Nota 10.2)	Saldo em 31/12/2025
Circulante									
Terrenos	3.689	3.020	(5.743)		(4.451)	4.628	(748)		395
	3.689	3.020	(5.743)	-	(4.451)	4.628	(748)	-	395
Não circulante									
Terrenos	27.068	12.561			4.452	7		1.233	45.321
	27.068	12.561	-	-	4.452	7	-	1.233	45.321
Total	30.757	15.581	(5.743)	-	1	4.635	(748)	1.233	45.716

10.1 Adições

Os ingressos de R\$197 na Controladora e de R\$15.581 no Consolidado referem-se, principalmente, a contratos de terrenos para construções de usinas solares.

10.2 Reversão

A reversão refere-se à transferência dos contratos de projetos de usinas, finalizados pela controladora EDP Smart Serviços e migrados para as controladas.

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Terrenos		Terrenos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
Circulante				
2026	38	12,02%	395	11,72%
Total	38		395	
Não circulante				
2027	92	12,02%	1.034	12,02%
2028	103	12,02%	1.162	12,02%
2029	116	12,02%	1.309	12,02%
2030	130	12,02%	1.470	12,02%
2031	3.235	12,02%	40.345	12,02%
Total	3.676		45.320	

11

Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, há investimentos em 16 empresas, conforme descrito na nota explicativa nº 1, nas quais a Empresa tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% das quotas, e são avaliados por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Empresa controla outra entidade. A consolidação, nas demonstrações financeiras consolidadas, cessa a partir da data em que a Controladora perde o controle da investida.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



11.1 Movimentação dos Investimentos e da Provisão para passivo a descoberto

	Controladora							% Participação direta	
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Adto. Futuro Aumento Capital	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Transfe-rência	Saldo em 31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos									
EDP Smart SPE 1	97.757	1.999	12.571	(10.241)	2.935		105.021	100,00	100,00
EDP Smart SPE 2	24.317	2.019		(83)	250		26.503	100,00	100,00
EDP Smart SPE 3	18.463	2.008	300	(5.486)	168		15.453	100,00	100,00
EDP Smart SPE 4	52.480	991		(7.305)	2.326		48.492	100,00	100,00
EDP Smart SPE 5	39	2.785		(5.240)		3.378	962	100,00	100,00
EDP Smart SPE 6	2.658	2.453	700	(11.553)		7.643	1.901	100,00	100,00
EDP Smart SPE 7	18.222	1.299	840	(5.382)	62		15.041	100,00	100,00
EDP Smart SPE 8	5.097	86	1.018	(2.524)			3.677	100,00	100,00
EDP Smart SPE 9	40.036	6.197	4.647	(35.008)			15.872	100,00	100,00
EDP Smart SPE 10	-	381	692	(1.361)		438	150	100,00	100,00
EDP Smart SPE 11	10.187	200	1.694	(2.043)			10.038	100,00	100,00
EDP Smart SPE 12	343		200	(230)			313	100,00	100,00
EDP Smart SPE 13	-	984	1.126	(3.920)		2.177	367	100,00	100,00
EDP Smart SPE 14	1	(1)	370	(45)			325	100,00	100,00
EDP Smart SPE 15	1	(1)	350	(48)			302	100,00	100,00
EDP Smart SPE 16	-	1	355	(862)		622	116	100,00	-
	269.601	21.401	24.863	(91.331)	5.741	14.258	244.533		
Provisão para passivo a descoberto									
EDP Smart SPE 5	-	-	-	-	-	(3.378)	(3.378)	100,00	100,00
EDP Smart SPE 6	-	-	-	-	-	(7.643)	(7.643)	100,00	100,00
EDP Smart SPE 10	(172)					(438)	(610)	100,00	100,00
EDP Smart SPE 13	(166)					(2.177)	(2.343)	100,00	100,00
EDP Smart SPE 16	-					(622)	(622)	100,00	100,00
	(338)	-	-	-	-	(14.258)	(14.596)		
Total dos Investimentos	269.263	21.401	24.863	(91.331)	5.741	-	229.937		

11.2 Participação direta dos investimentos

Empresa	Ações/Quotas possuídas pela Empresa (Mil)		% de participação da Empresa				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Receitas		Resultado líquido do exercício	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
	Ordinárias / Quotas	Ordinárias / Quotas	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante										
EDP Smart SPE 1	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	140.456	151.924	35.435	54.167	105.021	97.757	30.710	24.304	(10.241)	11.740
EDP Smart SPE 2	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	33.194	32.881	6.691	8.564	26.503	24.317	7.544	2.467	(83)	1.000
EDP Smart SPE 3	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	38.395	40.223	22.942	21.759	15.453	18.464	5.337	2.006	(5.486)	672
EDP Smart SPE 4	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	115.452	121.690	66.960	69.210	48.492	52.480	23.664	16.797	(7.305)	9.303
EDP Smart SPE 5	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	42.374	40.159	44.790	40.121	(2.416)	38	5.316	1.953	(5.240)	(50)
EDP Smart SPE 6	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	73.987	63.896	79.729	61.238	(5.742)	2.658	6.460	1.733	(11.553)	(149)
EDP Smart SPE 7	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	39.206	41.695	24.165	23.473	15.041	18.222	6.158	1.341	(5.382)	249
EDP Smart SPE 8	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	11.788	11.065	8.111	5.967	3.677	5.098	747		(2.524)	(1)
EDP Smart SPE 9	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	199.137	172.551	183.265	132.514	15.872	40.037	13.453	2.424	(35.008)	(74)
EDP Smart SPE 10	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	5.131	5.085	5.588	5.257	(457)	(172)	373		(1.361)	(208)
EDP Smart SPE 11	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	10.549	10.244	511	57	10.038	10.187	631	508	(2.043)	(927)
EDP Smart SPE 12	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	383	343	70		313	343			(230)	(83)
EDP Smart SPE 13	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	28.174	16.677	30.150	16.843	(1.976)	(166)	9		(3.920)	(207)
EDP Smart SPE 14	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	331	1	6		325	1			(45)	
EDP Smart SPE 15	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	302	1			302	1			(48)	
EDP Smart SPE 16	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	9.181		9.688		(507)		180		(862)	

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



12 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

12.1 Composição do imobilizado

Controladora									
31/12/2025						31/12/2024			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Impairment (Nota 3.2)	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço									
Geração									
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,58	8.104		(615)	7.489	3,55	5.065	(252)	4.813
Máquinas e equipamentos	4,17	72.810	(12.288)	(17.621)	42.901	7,09	84.059	(8.858)	75.201
		80.914	(12.288)	(18.236)	50.390		89.124	(9.110)	80.014
Administração									
Máquinas e equipamentos	10,00	16.067		(7.488)	8.579	-	-	-	-
		16.067	-	(7.488)	8.579	-	-	-	-
Total do imobilizado em serviço		96.981	(12.288)	(25.724)	58.969		89.124	(9.110)	80.014
Ativos de direito de uso									
Terrenos	5,00	3.992		(424)	3.568	5,00	3.858	(206)	3.652
Edificações, obras civis e benfeitorias				-	-		168	(168)	-
Total Ativos de direito de uso		3.992	-	(424)	3.568		4.026	(374)	3.652
Imobilizado em curso									
Ativos destinados a arrendamentos operacionais									
Máquinas e equipamentos		8.500		-	8.500		4.055	-	4.055
Total do imobilizado em curso		8.500	-	-	8.500		4.055	-	4.055
Total do imobilizado		109.473	(12.288)	(26.148)	71.037		97.205	(9.484)	87.721
Consolidado									
31/12/2025						31/12/2024			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Impairment (Nota 3.2)	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço									
Geração									
Terrenos		800		-	800				-
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,92	31.008		(2.281)	28.727	1,92	26.406	(774)	25.632
Máquinas e equipamentos	3,12	784.347	(123.338)	(160.303)	500.706	3,07	466.213	(19.306)	446.907
		816.155	(123.338)	(162.584)	530.233		492.619	(20.080)	472.539
Sistema de transmissão de conexão									
Administração									
Máquinas e equipamentos	12,18	16.067		(7.488)	8.579	-	-	-	-
		16.067	-	(7.488)	8.579	-	-	-	-
Total do imobilizado em serviço		832.222	(123.338)	(170.072)	538.812		492.619	(20.080)	472.539
Ativos de direito de uso 12.1.1									
Terrenos	4,47	47.023		(3.048)	43.975	4,47	31.167	(809)	30.358
Edificações, obras civis e benfeitorias				-	-		168	(168)	-
Total Ativos de direito de uso		47.023	-	(3.048)	43.975		31.335	(977)	30.358
Imobilizado em curso									
Ativos destinados a arrendamentos operacionais									
Máquinas e equipamentos		155.539		-	155.539		250.332	-	250.332
Total do imobilizado em curso		155.539	-	-	155.539		250.332	-	250.332
Total do imobilizado		1.034.784	(123.338)	(173.120)	738.326		774.286	(21.057)	753.229

12.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2). A principal característica do contrato está descrita abaixo:

- **Terrenos:** refere-se substancialmente a terrenos destinados a projetos de construção de usinas com contratos de arrendamento operacional.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



12.2 Movimentação do imobilizado

		Controladora							
		Valor líquido 31/12/2024	Ingressos	Transferên- cia para imobilizado em serviço	Deprecia- ções	Baixas	Reclassifica- ção	Impairment (Nota 3.2)	Valor líquido 31/12/2025
Imobilizado em serviço									
Edificações, obras civis e benfeitorias		4.813		3.039	(363)				7.480
Máquinas e equipamentos		75.201			(3.985)	(20)	(7.428)	(12.288)	51.480
Total do imobilizado em serviço		80.014	-	3.039	(4.348)	(20)	(7.428)	(12.288)	58.969
Ativos de direito de uso									
Terrenos		3.652	197		(218)	(63)			3.568
Total Ativos de direito de uso		3.652	197	-	(218)	(63)	-	-	3.568
Imobilizado em curso									
Ativos destinados a arrendamentos operacionais									
Edificações, obras civis e benfeitorias		-		(3.039)			3.039		-
Máquinas e equipamentos		4.055	1.436			(1.380)	4.389		8.500
Total do imobilizado em curso		4.055	1.436	(3.039)	-	(1.380)	7.428	-	8.500
Total do imobilizado		87.721	1.633	-	(4.566)	(1.463)	-	(12.288)	71.037

		Consolidado								
Nota		Valor líquido 31/12/2024	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Deprecia- ções	Baixas	Reclassifica- ção	Reversão	Impairment (Nota 3.2)	Valor líquido 31/12/2025
Imobilizado em serviço										
Terrenos		-					800			800
Edificações, obras civis e benfeitorias		25.632		4.602	(1.507)					28.727
Máquinas e equipamentos		446.907		220.098	(25.169)	(985)	(8.228)		(123.338)	509.285
Total do imobilizado em serviço		472.539	-	224.700	(26.676)	(985)	(7.428)	-	(123.338)	538.812
Ativos de direito de uso										
Terrenos		30.358	15.581		(2.449)	(748)		1.233		43.975
Total Ativos de direito de uso		30.358	15.581	-	(2.449)	(748)	-	1.233	-	43.975
Imobilizado em curso										
Edificações, obras civis e benfeitorias		-		(4.602)			4.602			-
Máquinas e equipamentos		250.332	131.813	(220.098)		(9.334)	2.826			155.539
Total do imobilizado em curso		250.332	131.813	(224.700)	-	(9.334)	7.428	-	-	155.539
Total do imobilizado		753.229	147.394	-	(29.125)	(11.067)	-	1.233	(123.338)	738.326

12.2.1 Ingressos - Máquinas e equipamentos

Os ingressos de R\$131.813 é decorrente do avanço das obras das usinas adquiridas da controladora direta EDP Smart Serviços, além da finalização das obras ao longo de 2025.

12.2.2 Baixas - Máquinas e equipamentos

A baixa de R\$9.334 no Consolidado, refere-se a baixas de materiais sinistrados das usinas e de danos causados por eventos climáticos.

13 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos, são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13.1 Composição do intangível

		Controladora e Consolidado							
		31/12/2025				31/12/2024			
		Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em serviço									
Geração									
Software	7,00		372	(54)	318	7,00	372	(25)	347
Total do intangível em serviço			372	(54)	318		372	(25)	347
Intangível em curso									
Geração			1.723		1.723		829		829
Total do intangível em curso			1.723	-	1.723		829	-	829
Total do intangível			2.095	(54)	2.041		1.201	(25)	1.176

13.2 Movimentação do intangível

		Controladora e Consolidado				
		Valor líquido 31/12/2024	Ingressos	Amortiza- ções	Baixas	Valor líquido 31/12/2025
Intangível em serviço						
Software		347		(29)		318
Total do intangível em serviço		347	-	(29)	-	318
Intangível em curso						
Software	13.2.1	829	1.026		(132)	1.723
Total do Intangível em curso		829	1.026	-	(132)	1.723
Total do Intangível		1.176	1.026	(29)	(132)	2.041

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



13.2.1 Software

Os ingressos referem-se, principalmente, aos investimentos em sistema de monitoramento remoto para as usinas.

14 Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Materiais e serviços	474	242.657	233.769	4.716	625.724	699.397
Total	474	242.657	233.769	4.716	625.724	699.397

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pela Resolução de Quotistas; e (ii) dividendos adicionais, intermediários ou de exercícios anteriores: quando da aprovação pela Resolução de Quotistas.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada na Alteração e Consolidação do Contrato Social - AC da Empresa, realizada em 30 de abril de 2025, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O lucro líquido foi distribuído da seguinte forma: (i) R\$19.528 como Reserva de Retenção de Lucros da Sociedade; e (ii) R\$6.509 como dividendos obrigatórios.

Foi aprovada em Resolução de Quotista - RQ, realizada em dezembro de 2025 pelas subsidiárias a reversão integral dos dividendos declarados no exercício de 2024 com a finalidade de investimento nas próprias subsidiárias.

Segue abaixo a movimentação no exercício:

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2024	Reversão	Saldo em 31/12/2025
Ativo			
EDP Smart SPE 1	2.935	(2.935)	-
EDP Smart SPE 2	250	(250)	-
EDP Smart SPE 3	168	(168)	-
EDP Smart SPE 4	2.326	(2.326)	-
EDP Smart SPE 7	62	(62)	-
	5.741	(5.741)	-
	Controladora e Consolidado		
	Saldo em 31/12/2024	Reversão	Saldo em 31/12/2025
Passivo			
EDP Smart Serviços	6.509	(6.509)	-
	6.509	(6.509)	-

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$122.853 (R\$102.787 em 31 de dezembro de 2024), composto de 102.786.900 quotas, com valor nominal de R\$1,00 e integralmente detidas pela EDP Smart Serviços S.A.

A ACS, realizada em 30 de abril de 2025, deliberou aumento de capital social no montante de R\$20.066, mediante a emissão de 20.065.937 novas quotas, com valor nominal de R\$1,00 por quota, sendo integralizados da seguinte forma: (i) capitalização de créditos decorrentes de AFACs de titularidade da acionista EDP Smart Serviços (Nota 8).

O Capital social está dividido em quotas e a responsabilidade de cada quotista é restrita ao valor de suas quotas.

A Empresa não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

16.2 Recursos destinados a aumento de capital

Em abril de 2025 foi aprovado pela Administração da Empresa o envio de recursos destinados a aumento de capital no montante de R\$17.421.

Para o exercício de 2025, a Empresa alterou, no balanço patrimonial, a apresentação da rubrica Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, reclassificando-a de passivo não circulante para o patrimônio líquido, em virtude da intenção de converter o referido montante em capital social.

16.3 Reservas

	31/12/2025	31/12/2024
Reservas de lucros		
Reserva Legal	97	97
Retenção de lucros	27.205	1.168
Dividendo adicional proposto		19.528
Total	27.302	20.793

17 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Empresa e suas controladas, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Empresa e de suas controladas, elas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Empresa e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Arrendamentos financeiros e operacionais

Para os arrendamentos financeiros, as receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do período contratual, sendo seu reconhecimento inicial a valor justo descontado pela taxa negociada em cada operação de arrendamento separada. Já para os arrendamentos operacionais, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o período do arrendamento.

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Arrendamento	17.1			
Arrendamento Operacional	15.402	10.285	109.195	60.413
	15.402	10.285	109.195	60.413
Serviços prestados a terceiros				
Construção de usina solar				
Outros serviços	17.2	2.426	905	13.563
		2.426	905	13.563
Receita operacional bruta		17.828	11.190	122.758
(-) Deduções à receita operacional				
Tributos sobre a receita				
PIS/COFINS		(704)	(245)	(4.584)
ISS		(95)	(47)	(563)
		(799)	(292)	(5.147)
Receitas		17.029	10.898	117.611
				64.431

17.1 Arrendamento

A variação no exercício, na Controladora e Consolidado, deve-se principalmente ao aumento no faturamento de locação.

17.2 Outros serviços

O aumento, na Controladora e Consolidado, é devido ao faturamento referente aos contratos de prestação de serviços de Operação e Manutenção em usinas solares. Houve faturamento registrado ao longo de todo o exercício de 2025, enquanto, em 2024, os novos contratos passaram a vigorar apenas a partir do mês de março.

18 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Empresa e as controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Empresa e em suas controladas.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo do serviço de energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à operação da Empresa e de suas controladas, tais como, compra de energia elétrica para revenda e encargos de transmissão; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Empresa e de suas controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada para créditos de liquidação duvidosa e gastos gerais administrativos.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2025					2024				
		Custos		Despesas Operacionais			Custos		Despesas Operacionais		
		De operação e manutenção	Arrendamento	Gerais e administrativas			De operação e manutenção	Arrendamento	Gerais e administrativas		
	Nota			Com Vendas	Outras	Total				Total	
Material			9			9		59	29	88	
Serviços de terceiros	18.1		1.327		1.704	3.031		811	244	1.055	
Depreciação e Impairment - Imobilizado em serviço	3.2	1.341			3.047	12.288	1.341		2.853	4.194	
Depreciação - Ativos de direito de uso		218				218			68	68	
PECLD / perdas líquidas				16		16				-	
Arrendamentos e aluguéis						-	72			72	
Outras		2			107	109	15		5	20	
Total		1.561	1.336	16	4.858	20.059	1.428	870	3.199	5.497	

Consolidado

2025

Custos		Despesas operacionais			
De operação e manutenção	Arrendamento	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total
Material	6	260			266
Serviços de terceiros	18.1	21	16.416	3.973	20.410
Depreciação e Impairment - Imobilizado em serviço	3.2	30.565		3.047	123.338
Depreciação - Ativos de direito de uso	18.2	2.449			2.449
Amortização		29			29
PECLD / perdas líquidas			674		674
Arrendamentos e aluguéis		61			61
Outras	18.3	15.586		881	(1)
Total		48.717	16.676	674	7.901

2024

Custos		Despesas operacionais			
De operação e manutenção	Arrendamento	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total
Material		59		29	88
Serviços de terceiros	18.1	16	5.330	244	5.590
Depreciação e Impairment - Imobilizado em serviço	3.2	12.311		2.853	15.164
Depreciação - Ativos de direito de uso	18.2	393		68	461
Amortização		25			25
PECLD / perdas líquidas			1.274		1.274
Arrendamentos e aluguéis		884			884
Outras	18.3	7.490		5	7.495
Total		21.119	5.389	1.274	3.199

18.1

Serviços de terceiros

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Serviços de consultoria		1.703	56	3.968	56
Serviços Compartilhados			188		188
Custo do serviço prestado a terceiros	18.2	1.329	811	16.418	5.295
Outros				25	51
		3.032	1.055	20.411	5.590

18.2

Depreciação - Ativos de direito de uso

A variação observada no Consolidado decorre, principalmente, pela depreciação dos contratos de terrenos, que estão vinculados à quantidade de projetos de arrendamento.

18.3

Outros

A variação observada no Consolidado decorre, principalmente, do aumento do número de usinas em operação no exercício de 2025, em comparação com 2024, que são referentes os gastos com energia elétrica nas usinas.

19

Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Juros e variações monetárias					
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	483	202	1.646	269
Juros e multa sobre tributos	6	2	2	2	2
(-) Tributos sobre Receitas financeiras			(2)		(2)
		485	202	1.648	269
Despesas financeiras					
Juros e variações monetárias					
Juros e multa sobre tributos	6	(2)		(5)	(1)
Arrendamentos e aluguéis	10	(343)	(90)	(4.635)	(984)
Outras despesas financeiras		(7)	(13)	(34)	(17)
		(352)	(103)	(4.674)	(1.002)
Total		133	99	(3.026)	(733)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Empresa e suas controladas são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	(94.228)	26.765	(82.355)	32.717
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	32.038	(9.100)	28.001	(11.124)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Ajuste lucro presumido	(34.284)	8.348	(42.010)	4.276
Incentivos fiscais				
Outras	24	24	282	168
Despesa de IRPJ e CSLL	(2.222)	(728)	(13.727)	(6.680)
Alíquota efetiva	-2,36%	2,72%	-16,67%	20,42%

21 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Empresa e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Empresa e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

21.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Empresa e de suas controladas:

		Controladora			
		Valor justo		Valor contábil	
Nota	Níveis	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Aplicações financeiras	Nível 2	1.746	4.903	1.746	4.903
		1.746	4.903	1.746	4.903
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Bancos conta movimento	Nível 2	641	1.143	641	1.143
Clientes	5	3.810	5.274	3.810	5.274
Outros créditos - Partes relacionadas	8	67	67	67	67
		4.518	6.484	4.518	6.484
		6.264	11.387	6.264	11.387
Passivos Financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	14	234.243	242.657	234.243	242.657
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	1.257	215	1.257	215
Arrendamentos e aluguéis	10	3.725	3.750	3.714	3.750
		239.225	246.622	239.214	246.622

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Níveis	Consolidado			
			Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	21.136	4.903	21.136	4.903
			21.136	4.903	21.136	4.903
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	10.033	12.677	10.033	12.677
Clientes	5	Nível 2	52.753	35.528	52.753	35.528
Outros créditos - Partes relacionadas	8	Nível 2	67	67	67	67
			62.853	48.272	62.853	48.272
			83.989	53.175	83.989	53.175
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	14	Nível 2	704.113	625.724	704.113	625.724
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2	3.031	215	3.031	215
Arrendamentos e aluguéis	10	Nível 2	40.673	30.757	45.716	30.757
			747.817	656.696	752.860	656.696

21.1.1.2 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Empresa e suas controladas avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Empresa e suas controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Empresa e suas controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Empresa e suas controladas possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Empresa e suas controladas desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

21.1.1.3 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Empresa e suas controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

21.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Empresa e suas controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Empresa, da controlada e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Empresa e de suas controladas que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

21.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Empresa e das controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa e de suas controladas, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

21.2 Gestão de riscos

A gestão de riscos do Grupo EDP - Energias do Brasil segue padrões globais e metodologias amplamente reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e a Norma ABNT NBR ISO 31000 (Gestão de Riscos). A governança do tema é definida na Política de Enterprise Risk Management, aprovada pelo Conselho de Administração e disponibilizada publicamente ao mercado.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A gestão do risco é responsabilidade da Risk Business Enablement Function (RISK), junto dos Centros de Excelência (CoE) e os Business Partners (BP), garantindo a articulação e a comunicação em todo o Grupo EDP - Energias do Brasil, sobre as principais fontes de exposição e medidas de mitigação dos riscos. Além disso, agentes regionais são definidos para garantir a avaliação dos riscos no contexto de cada região.

O modelo adota o conceito das três linhas de defesa, com uma possível quarta linha externa - em casos necessários, auditorias externas e supervisões regulatórias podem complementar o modelo.

(i) Colaboradores e áreas de negócio que gerenciam riscos no dia a dia. Detém a responsabilidade sobre os riscos mapeados e reporta diretamente para a alta administração.

(ii) Formada pelas áreas de Risco e Controle, fornece orientação metodológica e supervisiona a gestão dos riscos identificados.

(iii) Representada pela Auditoria Interna, oferece avaliações independentes que reforçam a solidez do sistema de gerenciamento.

Para garantir um entendimento integrado e uma linguagem comum, a Empresa organiza sua Taxonomia dos Riscos Corporativos em cinco categorias principais: Estratégico e ESG, Negócio de Energia, Financeiro, Contraparte e Operacional.

O processo de gestão está estruturado em cinco fases principais: Estabelecimento do contexto, Identificação, Análise, Avaliação, Tratamento, Monitorização e Comunicação.

21.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Deve-se considerar que a Empresa e suas controladas estão expostas a oscilação da CDI e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Empresa e suas controladas não possuem exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

21.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Empresa e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa e de suas controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Empresa e suas controladas, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Empresa e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Controladora						
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	525	43	43	10	20	(10)	(21)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	1.221	13	13	3	6	(3)	(6)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.746	56	56	13	26	(13)	(27)
		Consolidado						
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	525	43	43	10	20	(10)	(21)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	20.611	231	231	53	106	(56)	(112)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	21.136	274	274	63	126	(66)	(133)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Empresa e de suas controladas. O CDI apresentou intervalos entre 4,17% e 22,35% a.a.

21.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa e de suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Empresa e de suas controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Empresa e de suas controladas são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Clientes (Nota 5). A Empresa e suas controladas apresentam em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Clientes, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Empresa e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que se espera liquidar as respectivas obrigações.

		Controladora					
		31/12/2025					31/12/2024
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total
							Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores			474	233.769			234.243
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			1.257				1.257
Arrendamentos e aluguéis	45	43	391	2.087	5.841	(4.693)	3.714
	45	43	2.122	235.856	5.841	(4.693)	239.214

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado							
	31/12/2025						31/12/2024	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos Financeiros								
Fornecedores		(805)	5.521	673.437	25.960		704.113	625.724
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			3.031				3.031	215
Arrendamentos e aluguéis	529	524	4.722	25.190	75.414	(60.662)	45.717	30.757
	529	(281)	13.274	698.627	101.374	(60.662)	752.861	656.696

21.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Empresa e de suas controladas não realizarem seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Clientes

A Empresa e suas controladas possuem uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de rating de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de default. Para cada rating de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o rating da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras.

Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Empresa e suas controladas operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todas as aplicações financeiras da Empresa e de suas controladas encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Empresa e suas controladas a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

21.2.4 Risco Operacional

O risco operacional da Empresa e suas controladas tem relação com os eventuais danos que possam ser causados em seus bens, quando do arrendamento operacional e, no financeiro, durante o prazo do contrato. Essas possíveis avarias gerariam impactos financeiros para a Empresa e suas controladas. O risco de inadimplemento também é operacional uma vez que pode afetar o cumprimento do próprio contrato.

Para tanto, a Empresa e suas controladas, em seus contratos, apresentam cláusulas de garantias e/ou seguros cobrindo eventuais riscos operacionais, bem como multas compensatórias, além de contratação paralela de Operação e Manutenção pelo grupo EDP - Energias do Brasil.

Adicionalmente, a Administração da Empresa possui seguros de Responsabilidade Civil Geral contratados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil, com cobertura em caso de danos aos ativos.

22 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

22.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	Controladora				
		Efeito não caixa				
		Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2025
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	15	6.509			(6.509)	-
Arrendamentos e aluguéis	10	3.750	(513)	343	134	3.714
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	16	20.066	17.421		(20.066)	17.421
Capital social	16.1	102.787			20.066	122.853
		133.112	16.908	343	(6.375)	143.988
		Controladora				
		Efeito não caixa				
		Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Outros
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos		316	(684)		6.877	6.509
Arrendamentos e aluguéis		771	(144)	90	3.033	3.750
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		29.500	20.066		(29.500)	20.066
Capital social		55.541	7.025		29.500	10.721
		86.128	26.263	90	9.910	10.721

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Consolidado						
Efeito não caixa						
	Nota	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2025
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	15	6.509			(6.509)	-
Arrendamentos e aluguéis	10	30.757	(5.743)	4.635	16.067	45.716
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	16	20.066	17.421		(20.066)	17.421
Capital social	16.1	102.787			20.066	122.853
		160.119	11.678	4.635	9.558	185.990

Consolidado							
Efeito não caixa							
		Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Outros	Saldo em 31/12/2024
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos		316	(684)		6.877		6.509
Arrendamentos e aluguéis		771	(1.130)	984	30.132		30.757
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		29.500	20.066		(29.500)		20.066
Capital social		55.541	7.025		29.500	10.721	102.787
		86.128	25.277	984	37.009	10.721	160.119

22.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Constituição de dividendos e JSCP a receber		5.741		
Constituição de dividendos e JSCP a pagar		6.877		6.877
Reversão de dividendos e JSCP a pagar	(6.509)		(6.509)	
Aumento de capital com integralização de AFAC		40.221	(40.132)	40.221
Aumento de capital em subsidiária com integralização de AFAC	(24.863)	10.721		
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	134	3.033	16.066	30.132
Total	(31.238)	66.593	(30.575)	77.230

23 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2025 a Empresa e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Empresa e de suas controladas, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Empresa e de suas controladas.

	Controladora			Consolidado				
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024			
	2026	2027 e 2028	Total geral	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	2.929	25	2.954	-	13.487	171	13.658	-
Obrigações de compra								
Materiais e serviços	1.077	1.566	2.643	1.844	229.823	24.436	254.295	151.251
	4.006	1.591	5.597	1.844	243.310	24.607	267.953	151.251

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2025, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora			Consolidado				
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024			
	2026	2027 e 2028	Total geral	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	2.803	30	2.833	-	12.905	201	13.106	-
Obrigações de compra								
Materiais e serviços	1.030	1.914	2.944	1.811	219.906	29.590	249.548	152.109
	3.833	1.944	5.777	1.811	232.811	29.791	262.654	152.109

24 Cobertura de seguros

A Empresa e suas controladas mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Usinas	76.029	50.000	705.022	700.000

(*) Na Empresa e controladas, o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Empresa, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

- (i) Responsabilidade civil para erros e omissões profissionais, com cobertura de até R\$ 6.000;
- (ii) Responsabilidade civil - Engenharia para projetos em andamento pela Empresa, com cobertura totalizando R\$ 2.000;
- (iii) Responsabilidade civil - Engenharia para projetos em andamento pelas Controladas, com cobertura totalizando R\$10.000.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Empresa e suas controladas, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$31.795;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$150.000; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.657.

* * *

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Tomás Baldaque Sousa Soares da Silva
Diretor-Presidente

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora

Júlio César de Andrade
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor - Accounting SA

Alfredo Antonio Tessari Neto
Contador - CRC 1SP176534/O-5